



Governo do Município de Conselheiro Lafaiete
Estado de Minas Gerais

PMCL/SMF/FAZ/OF 036/2022

Conselheiro Lafaiete(MG), 12 de Abril de 2022.

Exmo. Sr.
Prof. Oswaldo Barbosa
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Conselheiro Lafaiete/MG

Senhor Presente,

Nos termos do XI, do Art. 90 da Lei Orgânica Municipal, encaminhamos a prestação de contas do exercício de 2021, composta pelos Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público - DCASP, enviados ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, conforme recibo anexo, bem como de cópias de todos os comprovantes de despesas do exercício.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cláudio de Castro Sá Filho
Secretário de Fazenda

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DA REMESSA DO MÓDULO:
DCASP/C - PRODUCAO****IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA**

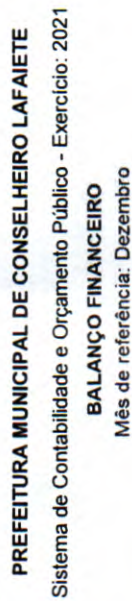
CNPJ do declarante: 19718360000151	Município Declarante: CONSELHEIRO LAFAIETE	Mês de -
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal		
Exercício: 2021	Número do protocolo: 30110030154039	Data e hora de recebimento: 30/03/2022 - 10:43
Chave de verificação: 3712284329		

A prestação de contas foi recebida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, porém, só será aceita após a conclusão com sucesso do procedimento dos documentos encaminhados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS****CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DA REMESSA DO MÓDULO:
DCASP/I - PRODUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA REMESSA**

CNPJ do declarante: 19718360000151	Município Declarante: CONSELHEIRO LAFAIETE	Mês de -
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal		
Exercício: 2021	Número do protocolo: 30109030154037	Data e hora de recebimento: 30/03/2022 - 09:40
Chave de verificação: 1023333910		

A prestação de contas foi recebida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, porém, só será aceita após a conclusão com sucesso do procedimento dos documentos encaminhados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021

BALANÇO FINANCEIRO

Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

© Tecnologia Global Ltda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021
BALANÇO FINANCEIRO
Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	59.213.176,40	42.978.206,91	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.213.176,40	42.978.206,91	Caixa e Equivalentes de Caixa
Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	(14.092,34)	(1,55)	Depósitos Restituintes e Valores Vinculados
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	482.101.499,51	385.103.943,84	TOTAL(X) = (VI+VII+VIII+IX)
			120.578.199,91
			59.213.176,40
			(1.55)
			385.103.943,84

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:59715642691

Assinado de forma digital
por **MARIO MARCUS LEAO**
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.30 09:04:46
-03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)	281.080.257,19	281.080.274,19	358.110.790,78	77.030.516,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.563.348,13	58.563.348,13	62.359.512,30	3.796.164,17
Receitas de Contribuições	12.669.363,18	12.669.363,18	15.016.702,88	2.347.339,70
Receita Patrimonial	7.194.440,80	7.194.442,80	8.132.471,33	938.028,53
Receita Agropecuária				
Receita Industrial	235.013,00	235.013,00	94.357,11	(140.655,89)
Receita de Serviços	200.022.869,97	200.022.871,97	267.945.006,51	67.922.134,54
Transferências Correntes	2.395.222,11	2.395.235,11	4.562.740,65	2.167.505,54
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17.919.742,81	20.729.743,81	5.894.884,22	(14.834.859,59)
Operações de Crédito				
Alienação de Bens	16.548.328,54	16.548.328,54	930.149,10	(15.618.179,44)
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	1.371.414,27	4.181.415,27	4.964.735,12	783.319,85
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	299.000.000,00	301.810.018,00	364.005.675,00	62.195.657,00
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Imobiliária				



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Imobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)				299.000.000,00	301.810.018,00	364.005.675,00	62.195.657,00
Déficit (VI)							
TOTAL (VII) = (V+VI)				299.000.000,00	301.810.018,00	364.005.675,00	62.195.657,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para créditos Adicionais)					29.768.903,58	29.768.903,58	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores							
Superávit Financeiro					29.768.903,58	29.768.903,58	
Reabertura de Créditos Adicionais							



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES (VIII)		257.434.742,78	320.799.144,06	300.955.975,04	286.556.313,74	281.775.139,18	19.843.169,02
Pessoal e Encargos Sociais		154.573.176,89	170.310.163,07	169.121.719,69	162.741.535,56	161.346.724,38	1.188.443,38
Juros e Encargos da Dívida Interna		50.000,00	132.362,11	132.361,11	132.361,11	132.361,11	1,00
Outras Despesas Correntes		102.811.565,89	150.356.618,88	131.701.894,24	123.682.417,07	120.296.053,69	18.654.724,64
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		41.204.276,28	48.778.418,58	23.375.687,42	16.062.176,67	15.872.371,08	25.402.731,16
Investimentos		36.825.911,04	47.273.101,49	21.976.876,97	14.663.366,22	14.582.621,63	25.296.224,52
Inversões Financeiras		101.000,00	209.061,00	109.061,00	109.061,00		100.000,00
Amortização da Dívida		4.277.365,24	1.296.256,09	1.289.749,45	1.289.749,45	1.289.749,45	6.506,64
Reserva de Contingência (X)		360.980,94	83.086,84				83.086,84
Reserva do RPPS (XI)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XII) = (VIII+IX+X+XI)		299.000.000,00	369.660.649,48	324.331.662,46	302.518.490,41	297.647.510,26	45.328.987,02



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade Gestora: CONSOLIDADO										
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIII)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) = (XII+XIII)					299.000.000,00	369.660.649,48	324.331.662,46	302.618.490,41	297.647.510,26	45.328.987,02
Superávit (XV)							39.674.012,54			
TOTAL (XVI) = (XIV+XV)					299.000.000,00	369.660.649,48	364.005.675,00	302.618.490,41	297.647.510,26	45.328.987,02

MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715
642691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.30
09:05:15 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Mês de referência: Dezembro

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ATIVO		PASSIVO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalente de Caixa	119.220.797,00	57.855.773,49	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Créditos a Curto Prazo	106.175.849,11	220.604.188,09	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
Estoques	855.102,45	42.637.188,58	Obrigações Fiscais a Curto Prazo
VPD Pagas Antecipadamente			Obrigações de Repartição a Outros Entes
			Provisões a Curto Prazo
			Demais Obrigações a Curto Prazo
Total do Ativo Circulante	226.251.748,56	321.097.150,16	Total do Passivo Circulante
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo		63.038.923,63	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo
Créditos a Longo Prazo		63.038.923,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo
Estoques			Obrigações Fiscais a Longo Prazo
VPD Pagas Antecipadamente			Provisões a Longo Prazo
Investimentos			Demais Obrigações a Longo Prazo
Imobilizado	217.717.259,75	214.548.396,06	Resultado Diferido
Intangível			
Total do Ativo Não Circulante	217.717.259,75	277.587.319,69	Total do Passivo Não Circulante
			81.337.545,03
			82.519.948,89



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - CASP
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Mês de referência: Dezembro

Página: 1/1

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	54.143.264,98	42.005.710,96
Total Contribuições	II	15.016.702,88	12.557.134,15
Total Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	5.442.842,04	1.183.058,62
Total Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	4.953.843,75	1.684.860,90
Total Transferências e Delegações Recebidas	V	282.107.067,63	245.352.701,65
Total Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	930.252,03	151.810.955,84
Total Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	26.008.397,78	1.460.098,72
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		388.602.371,09	456.054.520,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total Pessoal e Encargos	VIII	162.642.274,33	134.910.327,64
Total Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	1.317.082,35	1.272.250,81
Total Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	94.301.751,20	84.207.197,14
Total Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	3.496.953,38	45.480.105,85
Total Transferências e Delegações Concedidas	XII	10.357.777,96	8.595.576,34
Total Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	0,00	0,00
Total Tributárias	XIV	15.568.118,30	13.698.565,46
Total Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Total Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	303.353.482,14	1.563.299,91
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		591.037.439,66	289.727.323,15
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		(202.435.068,57)	166.327.197,69

MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156
42691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.30
09:06:32 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Sistema de Contabilidade e Orçamento Público - Exercício: 2021
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - CASP
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Período de: 01/01/2021 até 31/12/2021

Página: 1/1

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Descrição	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ingresso		
Total das Receitas Derivadas e Originais	90.165.784,27	61.028.247,88
Total das Transferências Correntes Recebidas	267.945.006,51	235.634.650,09
Outros ingressos operacionais	274.423.327,91	284.214.861,81
Desembolsos		
Total dos Desembolsos de Pessoal e demais despesas por Função	276.699.856,34	265.865.374,25
Juros e Encargos da Dívida	132.361,11	52.503,15
Total das Transferências Concedidas	9.320.131,52	9.012.981,48
Outros Desembolsos Operacionais	274.430.132,43	283.320.563,37
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades operacionais (I)	71.951.637,29	22.626.337,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingresso		
Alienação de Bens	930.149,10	93.046,61
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
Desembolsos		
Aquisição de Ativo não Circulante	15.063.049,81	6.525.325,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outras Desembolsos de Investimentos	128.698,74	11.038,01
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(14.261.599,45)	(6.443.316,82)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingresso		
Operações de Crédito		
Integralização do capital social de empresas dependentes		
Transferências de capital recebidas	4.964.735,12	1.445.542,54
Outros ingressos de financiamentos		
Desembolsos		
Amortização/Refinanciamento da Dívida	4.654,98	
Outros desembolsos de financiamentos	1.285.094,47	1.393.593,76
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	3.674.985,67	51.948,78
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	61.365.023,51	16.234.969,49
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	59.213.176,40	41.620.804,00
Caixa e Equivalente de Caixa Final	120.578.199,91	57.855.773,49



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO II

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
(Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Exercício: 2021

Página: 1/2
TEREZINHA
14/03/2022 15:50:39

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	54.280.102,76
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	16.659.059,20
1.1.1.8.01.1.1 - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	16.668.014,66
1.1.1.8.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	8.955,46
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	6.338.481,62
1.1.1.8.01.4.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.375.012,10
1.1.1.8.01.4.2 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.01.4.3 - Imposto sobre transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.01.4.4 - Imposto sobre transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa -	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	36.530,48
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	23.893.305,96
1.1.1.8.02.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	23.922.896,59
1.1.1.8.02.3.2 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multa e Juros	0,00
1.1.1.8.02.3.3 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.02.3.4 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.02.4.1 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza - Principal	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	29.590,63
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7.389.255,98
1.1.1.3.03.1.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	7.155.518,47
1.1.1.3.03.1.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.1.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.1.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	233.737,51
1.1.1.3.03.4.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.4.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	0,00
1.1.1.2.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	0,00
1.1.1.2.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	0,00
1.1.1.2.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.2.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00
Subtotal	54.280.102,76
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	137.689.563,54
1.7.1.8.01.2.1 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	68.011.874,07
1.7.1.8.01.3.1 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	2.981.043,48
1.7.1.8.01.4.1 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	2.633.297,45
1.7.1.8.01.5.1 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	30.994,88
1.7.1.8.01.8.1 - Cota-Parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores	0,00
1.7.1.8.06.1.1 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - Cota-parte do ICMS - Principal	41.324.306,29
1.7.2.8.01.2.1 - Cota-parte do IPVA - Principal	22.254.781,86
1.7.2.8.01.3.1 - Cota-parte do IPI - Municípios - Principal	453.265,51
Subtotal	137.689.563,54
Total das Receitas (A)	191.969.666,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO II

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
(Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Exercício: 2021

Página: 2/2

TEREZINHA

14/03/2022 15:50:39

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Receitas		Valor
Total	Percentual	Valor
B – Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	47.992.416,58
C – Valor da Aplicação	25,58	49.109.200,84
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional		1.116.784,26

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:59715642691

Assinado de forma digital por
MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.16 10:48:31 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO III

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
(Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Página: 1/1

TEREZINHA

15/03/2022 15:52:35

Exercício: 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Função/ Subfunção/ Programa	Valor pago	Resto a pagar não processado	Resto a pagar processado	Total
12 - Educação	13.209.887,50	9.278.032,36	206.238,48	22.694.158,34
122 - Administração Geral	4.936.647,57	728.444,89	76.765,06	5.741.857,52
0001 - GESTÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS	4.936.647,57	728.444,89	76.765,06	5.741.857,52
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00
271 - Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
361 - Ensino Fundamental	7.157.767,47	5.508.427,12	110.770,71	12.776.965,30
0012 - DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO	7.089.560,57	5.395.437,12	1.709,71	12.486.707,40
0013 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	68.206,90	112.990,00	109.061,00	290.257,90
365 - Educação Infantil	999.545,67	3.041.160,35	0,00	4.040.706,02
0013 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	999.545,67	3.041.160,35	0,00	4.040.706,02
366 - Educação de Jovens e Adultos	6.355,48	0,00	1.012,88	7.368,36
0001 - GESTÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS	6.355,48	0,00	1.012,88	7.368,36
367 - Educação Especial	109.571,31	0,00	17.689,83	127.261,14
0001 - GESTÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS	109.571,31	0,00	17.689,83	127.261,14
Total.....	13.209.887,50	9.278.032,36	206.238,48	22.694.158,34

Descrição	Valor
Valor pago (A)	13.209.887,50
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	26.415.042,50
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	9.484.270,84
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	49.109.200,84
Disponibilidade de caixa (D)	17.154.827,30
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	17.154.827,30
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	(7.670.556,46)
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	56.779.757,30

MARIO MARCUS

LEAO

DUTRA:59715642691

Assinado de forma digital por
MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.16 11:17:42
+03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO IV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Página: 1/2

TEREZINHA

14/03/2022 16:11:52

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	54.280.102,76
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	16.659.059,20
1.1.1.8.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	16.668.014,66
1.1.1.8.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	8.955,46
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	6.338.481,62
1.1.1.8.01.4.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	6.375.012,10
1.1.1.8.01.4.2 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.01.4.3 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.01.4.4 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa -	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	36.530,48
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	23.893.305,96
1.1.1.8.02.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	23.922.896,59
1.1.1.8.02.3.2 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.02.3.3 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.8.02.3.4 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.1.8.02.4.1 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza - Principal	0,00
(-) Deduções da Receita do ISS	29.590,63
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7.389.255,98
1.1.1.3.03.1.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	7.155.518,47
1.1.1.3.03.1.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.1.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.1.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.1 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	233.737,51
1.1.1.3.03.4.2 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Multas e Juros	0,00
1.1.1.3.03.4.3 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.3.03.4.4 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, Inciso III)	0,00
1.1.1.2.01.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	0,00
1.1.1.2.01.1.2 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	0,00
1.1.1.2.01.1.3 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	0,00
1.1.1.2.01.1.4 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00
Subtotal	54.280.102,76
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	132.075.222,61
1.7.1.8.01.2.1 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	68.011.874,07
1.7.1.8.01.5.1 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	30.994,88
1.7.1.8.01.8.1 - Cota-Parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores	0,00
1.7.1.8.06.1.1 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - Cota-Parte do ICMS - Principal	41.324.306,29
1.7.2.8.01.2.1 - Cota-Parte do IPVA - Principal	22.254.781,86
1.7.2.8.01.3.1 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	453.265,51
Subtotal	132.075.222,61
Total das Receitas (A)	186.355.325,37



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO IV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Página: 2/2

TEREZINHA

14/03/2022 16:11:52

Receitas		Valor
Total	Percentual	Valor
B – Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	27.953.298,81
C – Valor da Aplicação	35,89	66.876.851,18
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional		38.923.552,37
Resíduo de Exercício Anterior		Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior		0,00
F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior		0,00
G - Diferença (F - E)		0,00

MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715
642691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:5971564269
1
Dados: 2022.03.28
09:57:02 -03'00'

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO V

Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

(Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Exercício: 2021

Página: 1/1

TEREZINHA

16/03/2022 08:54:09

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Função/ Subfunção/ Programa	Valor pago	Resto a pagar não processado	Resto a pagar processado	Total
10 - Saúde	63.586.621,38	2.292.710,27	997.519,53	66.876.851,18
122 - Administração Geral	9.016.451,49	167.150,01	179.115,57	9.362.717,07
0001 - GESTÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS	9.016.451,49	167.150,01	179.115,57	9.362.717,07
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
301 - Atenção Básica	10.572.027,76	917.857,30	311.962,06	11.801.847,12
0007 - ATENÇÃO BÁSICA	10.572.027,76	917.857,30	311.962,06	11.801.847,12
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	39.450.339,52	1.179.377,39	397.910,79	41.027.627,70
0008 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA/MAC	39.450.339,52	1.179.377,39	397.910,79	41.027.627,70
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	522.385,54	0,00	6.905,90	529.291,44
0007 - ATENÇÃO BÁSICA	522.385,54	0,00	6.905,90	529.291,44
304 - Vigilância Sanitária	506.960,84	0,00	15.071,12	522.031,96
0009 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	506.960,84	0,00	15.071,12	522.031,96
305 - Vigilância Epidemiológica	3.518.456,23	28.325,57	86.554,09	3.633.335,89
0009 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	506.475,33	28.325,57	23.427,97	558.228,87
0031 - PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	3.011.980,90	0,00	63.126,12	3.075.107,02
306 - Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00	0,00	0,00	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....	63.586.621,38	2.292.710,27	997.519,53	66.876.851,18

Descrição	Valor
Valor pago (A)	63.586.621,38
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	3.290.229,80
Subtotal (C = A + B)	66.876.851,18
Disponibilidade de caixa (D)	33.322.527,80
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores Restituíveis Registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (H = D - E - F + G)	33.322.527,80
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - H)	(30.032.298,00)
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	0,00
Total Aplicado (K = C - I + J)	96.909.149,18

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:5971564
2691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.28
09:55:53 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO VI

Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Página: 1/1

TEREZINHA

14/03/2022 16:15:53

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago
10 - Saúde	0,00
122 - Administração Geral	0,00
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00
271 - Previdência Básica	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00
301 - Atenção Básica	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
304 - Vigilância Sanitária	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	0,00
6 - Alimentação e Nutrição	0,00
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00
Total.....	0,00

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:5971564
2691

Assinado de forma digital
por MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.28
09:58:28 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO VII

Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Página: 1/1

TEREZINHA

14/03/2022 16:17:43

Município: 1540 - CONSELHEIRO LAFAIETE

Despesa Total com Pessoal no Ano	Executivo	Legislativo	Município
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	157.924.438,76	5.506.593,82	163.431.032,58
3.1.71.70.00.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	421.089,97	0,00	421.089,97
3.1.90.01.00.00 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	916.569,91	315.177,81	1.231.747,72
3.1.90.03.00.00 Pensões do RPPS e do Militar	169.269,44	0,00	169.269,44
3.1.90.04.00.00 Contratação por Tempo Determinado	26.636.219,24	0,00	26.636.219,24
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	95.519.240,92	4.265.366,62	99.784.607,54
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais	27.101.785,95	823.592,13	27.925.378,08
3.1.90.16.00.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	29.255,99	29.255,99
3.1.90.91.00.00 Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.00.00 Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	62.999,97	62.999,97
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.476.685,01	4.282,60	6.480.967,61
3.3.90.34.00.00 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	683.578,32	5.918,70	689.497,02
Total da Despesa Bruta com Pessoal	157.924.438,76	5.506.593,82	163.431.032,58

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Executivo	Legislativo	Município
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	(1.085.839,35)	(290.926,48)	(1.376.765,83)
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	(6.476.685,01)	(4.282,60)	(6.480.967,61)
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	(24.251,33)	(24.251,33)
Total das Exclusões	(7.562.524,36)	(319.460,41)	(7.881.984,77)
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	150.361.914,40	5.187.133,41	155.549.047,81

Receita Corrente do Município	384.971.061,81
(-) Total de Deduções	(26.860.271,03)
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	(445.228,53)
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	(26.415.042,50)
(-) Total de Exclusões	0,00
Receitas Corrente Intraorçamentária	0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	0,00
Compensação entre Regimes de Previdência	0,00
(=) Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	358.110.790,78
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (art. 166, §13 da CF)	0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada	358.110.790,78

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	193.379.827,02	21.486.647,45	214.866.474,47
Total da Despesa com Pessoal	150.361.914,40	5.187.133,41	155.549.047,81
% Aplicado	41,99	1,45	43,44

NOTA: Inativo e Pensionista com Recursos Vinculados trata-se de recursos vinculados ao RPPS.

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:59715642691Assinado de forma digital por
MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.16 11:15:59
+03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sistema de Prestação de Contas - Exercício: 2021

ANEXO VIII

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
(Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Exercício: 2021

Página: 1/1

TEREZINHA

14/03/2022 16:22:07

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

I - Recursos

Natureza da Receita	Valor
1758.01.11.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal	65.557.741,76
1758.01.21.00 - Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal	0,00
1321.00.11.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	316.896,52
1321.00.51.00 - Juros de Títulos de Renda - Principal	0,00
Recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2º, da lei 11.494/07)	1.280.910,66
Total	67.155.548,94

II - Aplicação da Educação Básica

59.030.713,54

III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício

Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00%	67.155.548,94
Valor legal mínimo	70,00%	47.008.884,26
Total aplicado	70,92%	47.626.891,01

Gestor(a) do FUNDEB

Nome: ALBANO DE SOUZA TIBURCIO

CPF: 847059576-87

Cargo: Secretário de Educação

Endereço: RUA ANDRE RODRIGUES DA SILVA, 260-CEP 36400-000

Telefone: (31)99239-0633

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:59715642
691

Assinado de forma digital
por MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.28
09:57:49 -03'00'

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☒ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	VANESSA REGINA VIEIRA	566.589.076-68
2	MARIA BERENICE BAÊTA SILVA	850.666.806-91
3	HERMANO ANTÔNIO REZENDE COSTA	548.894.056-15

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

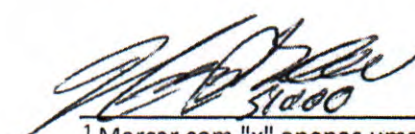
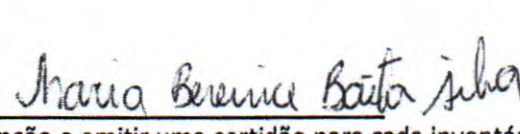
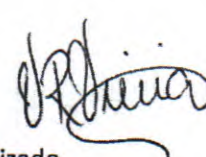
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 27/01/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

- ☒ Outras (justificar): Todas as contas do município foram conciliadas corretamente.

Conselheiro Lafaiete, 27 de janeiro de 2022.

Assinaturas dos membros da comissão:

¹ Marcar com "x" apenas uma opção e emitir uma certidão para cada inventário realizado.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☒ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	Anderson Leonardo Tavares	034.128.886-13
2	Danielle de Fátima Vieira Pinto Laiso	051.319.706-01
3	Paulo Sérgio Vieira	603.809.186-68

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

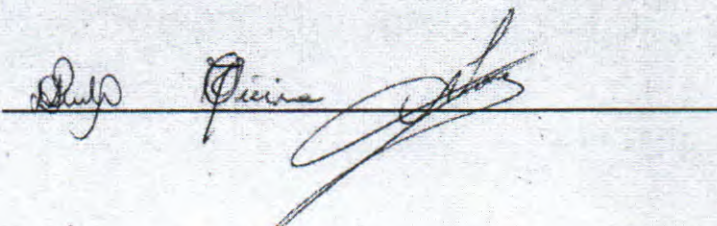
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 10/03/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

☐ Outras (justificar): _____

Conselheiro Lafaiete, 10 de março de 2022.
Local e data

Assinaturas dos membros da comissão:



MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156
42691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.16
11:10:20 -03'00'

Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaiete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselhoirlafaiete.mg.leg.br - Site: www.conselhoirlafaiete.mg.leg.br

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:597156426
91

Assinado de forma digital
por MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.24
10:24:22 -03'00'

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- Em Tesouraria
- ☒ **Dos Materiais em Almojarifado:**
 - Dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
 - Do Passivo Circulante e não Circulante;
 - Das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado, foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

1 - Membros da Comissão de Inventário Anual

Nº	NOME	CPF
01	Luciano da Silva	795.984.046-68
02	Sílvio Lucas de Oliveira	977.436.156-34
03	Dário Gomes Henriques Júnior	961.374.106-25

CONCLUSÃO DO INVENTÁRIO

Data da realização do Inventário – 19/01/2022

2 – DIVERGÊNCIAS:

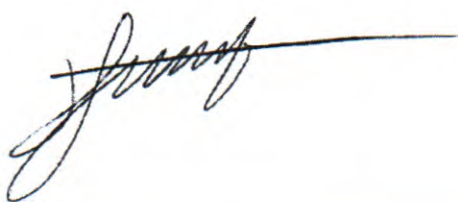
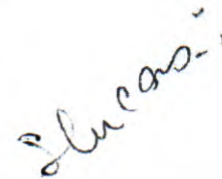
Nº	DIVERGÊNCIAS ENCONTRADAS	VALORES	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
XX	XXX	XXXX	XXXX

Saliento que todos os preparativos foram adotados e a contagem foi feita dentro da normalidade e sem interferências.

Não foi detectado nenhum item em desacordo com o cadastro.

Conselheiro Lafaiete, 19 de janeiro de 2022

Assinatura dos membros da comissão.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☒ dos Materiais em Almojarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	Anderson Leonardo Tavares	034.128.886-13
2	Danielle de Fátima Vieira Pinto Laiso	051.319.706-01
3	Paulo Sérgio Vieira	603.809.186-68

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

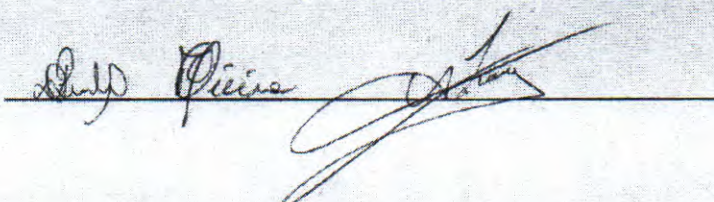
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 10/03/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

☐ Outras (justificar): _____

Conselheiro Lafaiete, 10 de março de 2022.
Local e data

Assinaturas dos membros da comissão:



Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaiete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br - Site: www.conselheirolafaiete.mg.leg.br

MARIO
MARCUS
LEAO

DUTRA:59715
642691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156426
91
Dados: 2022.03.24
10:21:41 -03'00'

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☒ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	LUIZ CARLOS CARVALHO DUTRA	125.164.736.72
2	DÁRIO GOMES HENRIQUES JÚNIOR	961.374.106.25
3	ROVENA EVELING TEIXEIRA AMARAL	003.304.416.39
4	THAIZA CARLA FRIAÇA DE CARVALHO	349.941.656.53

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

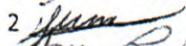
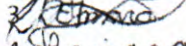
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 31/12/2021
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

- ☐ Outras (justificar):

Conselheiro Lafaiete, 27 de janeiro de 2022

Assinaturas dos membros da comissão:

1 
2 
3 
4 

¹ Marcar com "x" apenas uma opção e emitir uma certidão para cada inventário realizado.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☒ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	Anderson Leonardo Tavares	034.128.886-13
2	Danielle de Fátima Vieira Pinto Laíso	051.319.706-01
3	Paulo Sérgio Vieira	603.809.186-68

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

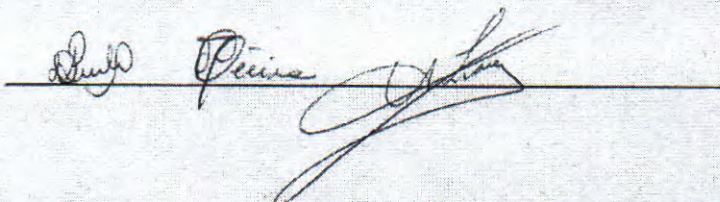
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 10/03/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

☐ Outras (justificar): _____

Conselheiro Lafaiete, 10 de março de 2022.
Local e data

Assinaturas dos membros da comissão:



Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaiete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br - Site: www.conselheirolafaiete.mg.leg.br

MARIO MARCUS
LEAO
DUTRA:597156426
91

Assinado de forma digital
por MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.30
10:37:54 -03'00'

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☒ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	HERMANO ANTÔNIO REZENDE COSTA	548.894.056-15
2	MARIA BERENICE BAÊTA SILVA	850.666.806-91
3	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA	475.863.706.72

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 27/01/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

- ☒ Outras (justificar): Nada a declarar

Conselheiro Lafaiete, 27 de janeiro de 2022.

Assinaturas dos membros da comissão:

1. 
2. 
3. Maria Berenice Baêta Silva

¹ Marcar com "x" apenas uma opção e emitir uma certidão para cada inventário realizado.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaete

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☒ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☐ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	Anderson Leonardo Tavares	034.128.886-13
2	Danielle de Fátima Vieira Pinto Laiso	051.319.706-01
3	Paulo Sérgio Vieira	603.809.186-68

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

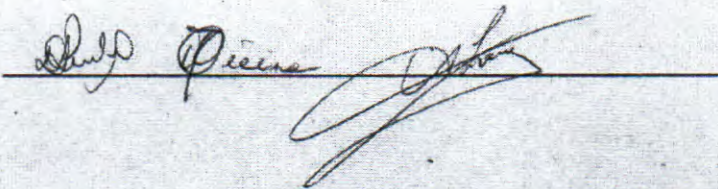
1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 10/03/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

☐ Outras (justificar): _____

Conselheiro Lafaete, 10 de março de 2022.
Local e data

Assinaturas dos membros da comissão:



Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselheirolafaete.mg.leg.br - Site: www.conselheirolafaete.mg.leg.br

MARIO
MARCUS
LEAO
DUTRA:5971
5642691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156426
91
Dados: 2022.03.24
10:23:45 -03'00'

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☒ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	HERMANO ANTÔNIO REZENDE COSTA	548.894.056-15
2	MARIA BERENICE BAÊTA SILVA	850.666.806-91
3	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA	475.863.706.72

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 27/01/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

- ☒ Outras (justificar): Nada a declarar

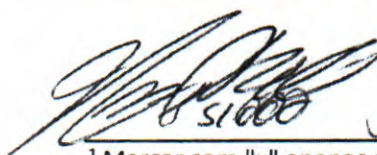
Conselheiro Lafaiete, 27 de janeiro de 2022.

Assinaturas dos membros da comissão:

MARIO MARCUS
LEAO

DUTRA:59715642691

Assinado de forma digital
por MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.16 10:55:54
+03'00'

 Maria Berenice Baêta Silva

¹ Marcar com "x" apenas uma opção e emitir uma certidão para cada inventário realizado.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

CERTIDÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES

Inventário Físico e Financeiro dos valores:

- ☐ em Tesouraria
- ☐ dos Materiais em Almoxarifado;
- ☐ dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis;
- ☐ do Passivo Circulante e não Circulante;
- ☒ das Contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em conformidade com o art. 96 da Lei 4.320/64, certificamos que o inventário físico e financeiro especificado foi devidamente levantado, sob a responsabilidade da comissão instituída para tal finalidade, observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

Membros da Comissão de Inventário Anual

N.	NOME	CPF
1	Anderson Leonardo Tavares	034.128.886-13
2	Danielle de Fátima Vieira Pinto Laiso	051.319.706-01
3	Paulo Sérgio Vieira	603.809.186-68

CONCLUSÕES DO INVENTÁRIO

1. DATA DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO: 10/03/2022
2. DIVERGÊNCIAS
 - ☒ Não foram encontradas divergências
 - ☐ Foram encontradas as seguintes divergências:

N.	Divergências encontradas	Valores	Providências adotadas
1			
2			
3			
4			
5			

☐ Outras (justificar): _____

Conselheiro Lafaiete, 10 de março de 2022.

Local e data

Assinaturas dos membros da comissão:

Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaiete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br - Site: www.conselheirolafaiete.mg.leg.br

MARIO
MARCUS
LEAO
DUTRA:5971
5642691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156426
91
Dados: 2022.03.24
10:22:37 -03'00'



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Gabinete do Prefeito

Notas Explicativas

Exercício de 2021

O Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 19.718.360/0001-51, administração direta, com sede na Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, 10, Centro, CEP 36400.026.

Está situado na região do Alto Paraopeba.

No exercício de 2021 os demonstrativos contábeis estão de acordo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Não existe no Município entidades subordinadas ou criadas, consideradas como administração indireta.

- Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias estão codificadas, de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas, expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

- Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo a reavaliação dos referidos bens.

- Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados somente terão iniciada a depreciação, amortização e exaustão quando for reavaliado pela comissão de patrimônio, processo esse que está em andamento.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas estimadas e arrecadadas e as despesas autorizadas com as realizadas, demonstrando o *Superávit ou Déficit* orçamentário e financeiro durante o exercício.

Destacam-se as despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos amortização da dívida contratada.

Os valores considerados são os dispêndios das despesas empenhadas durante o exercício.

Estão inclusos os Restos a Pagar processados e não processado, do exercício de 2021.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Gabinete do Prefeito

Houve *Superávit* financeiro na importância de R\$ 91.872.029,77.

O Balanço Orçamentário é composto por:

a) Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza.

b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução, bem como os não liquidados no exercício de referência.

c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados devidamente liquidados: são informados os restos a pagar inscritos de exercícios anteriores, assim como, os restos a pagar inscritos no exercício de referência.

Balanço Financeiro

O Balanço demonstra saldos das fontes dos recursos ordinários e vinculados.

As receitas orçamentárias estão apresentadas com valores líquidos, excluídas as deduções ao FUNDEB, correspondente a 20% dos créditos das transferências do FPM, ITR, ICMS – desoneração, ICMS, IPVA, IPI – Exportação.

As despesas orçamentárias estão apresentadas com valores brutos.

Demonstra os Restos a Pagar processados e não processados do exercício e os pagos de exercícios anteriores.

Demonstra os saldos financeiros do exercício atual e anterior.

Demonstra as obrigações junto a terceiros e compensações, classificadas como Recebimentos e Pagamentos extra orçamentários.

Balanço Patrimonial

Demonstra os valores do Ativo e Passivo Circulante, Não Circulante e o Patrimônio Líquido.

Demonstra o saldo patrimonial entre o ativo e passivo financeiro.

Demonstra os atos potenciais ativos e passivos.

Demonstra as disponibilidades por destinação de recursos

Foram ajustados os bens patrimoniais do Imobilizado, com o ajuste do inventário físico e contábil.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA (I) demonstram as Receitas Orçamentárias: Tributárias, Contribuições Serviços, Rendimentos de Aplicações Financeiras, Transferências da União e Estado e outras variações aumentativas;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Gabinete do Prefeito

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD (II) demonstram as Despesas Orçamentárias: Pessoal e Encargos Sociais, materiais de consumo, serviços, transferências a União e ao Estado, contribuições tributárias e outras variação diminutivas.

O resultado da Variação Patrimonial (I – II) apurou-se um *Superávit* de R\$ 91.872.029,77.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

No demonstrativo constam os ingressos de receita que movimenta o disponível pelo seu valor bruto.

As receitas, ingressos, constam dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, tributárias, transferências correntes recebidas.

O dispêndio, desembolso, foi contabilizado pelo empenho do valor bruto de toda despesa orçamentária.

As despesas estão demonstradas por Funções, maior nível de classificação de gastos.

Demonstrativo da Dívida Fundada – Interna

Não houve contratação de parcelamentos e/ou operações de crédito, houve pagamentos de parcelamentos já existentes.

Quanto aos precatórios, o município fez depósitos judiciais.

Limites Constitucionais de Gastos

Os limites de gastos foram cumpridos em ações e serviços públicos de saúde, ensino, FUNDEB, pessoal e encargos sociais, previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município - LOM e nas Leis Complementares nº 101/00 - LRF e 141/2012, e Lei Federal nº 11.494/2007,

Os percentuais foram apurados através das **despesas empenhadas**.

As despesas com **ações e serviços públicos de saúde**, o percentual foi de 35,89% e a aplicação legal é de 15%.

As despesas com **manutenção e desenvolvimento do ensino**, o percentual foi de 25,58% e o mínimo legal é de 25%.

As despesas com **FUNDEB**, gastos com profissionais do magistério 70,92% e o mínimo legal é de 70%.

As despesas com **Pessoal e Encargos Sociais**:

Município 43,44%, máximo legal 60%.

Poder Executivo 41,99%, máximo 54% e,

Poder Legislativo 1,45%, máximo 6%.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Gabinete do Prefeito

As despesas com pessoal e encargos sociais, são calculadas com base na Receita Corrente Líquida – RCL.

Município de Conselheiro Lafaiete, 31 de dezembro de 2021

Terezinha da Conceição Martins e Silva Durans
Contadora CRC-MG 23.018/O-7

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal
Gestão 2021-2024

MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156
42691

Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.24
09:44:06 -03'00'

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

PARECER 001/2022

Conselheiro Lafaiete, 29 de março de 2022

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no uso de suas atribuições conforme lei federal nº 14.113/2020, lei municipal nº 6048/2021 e composto por meio do decreto municipal nº 123/2021 com recomposição nos termos do decreto municipal nº 265/2021 emite parecer sobre os gastos das verbas públicas remetidas pelo Fundo Nacional de Educação Básica - FNDE.

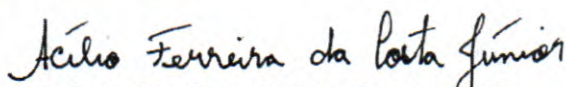
Em reunião realizada aos vinte e três dias do mês de fevereiro do corrente ano foi feita a análise e aprovação das contas do Município para o sexto bimestre e exercício de 2021 que procedeu com os gastos conforme legislação vigente.

O município recebeu um montante de R\$ 65.557.741,76 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos). A este valor foi somado R\$ 1.280.910,66 (um milhão, duzentos e oitenta mil, novecentos e dez reais e sessenta e seis centavos) que são recursos não aplicados no exercício anterior e R\$ 316.896,52 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos) fruto de aplicações financeiras. Desta soma foram aplicados R\$ 59.030.713,54 (cinquenta e nove milhões, trinta mil, setecentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos) na Educação Básica, acima do mínimo constitucional.

De todo o recurso disponibilizado na conta do FUNDEB, a saber: R\$ 67.155.548,94 (sessenta e sete milhões, cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos) 70,92% (setenta, noventa e dois por cento) foram gastos com os profissionais do magistério conforme apregoa a legislação federal que norteia o FUNDEB.

Estes dados foram mensurados conforme informações encaminhadas pela secretaria municipal da fazenda.

O Conselho do FUNDEB no Município de Conselheiro Lafaiete, por meio deste parecer aprova as contas apresentadas.


Prof. Acílio Ferreira da Costa Júnior
Presidente do CACS-FUNDEB

MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:597156
42691
Assinado de forma
digital por MARIO
MARCUS LEAO
DUTRA:5971564269
Dados: 2022.03.29
11:23:11 -03'00'



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Relatório Anual de Controle Interno

Governo do Município de Conselheiro Lafaiete

*Controladoria Geral do Município
Exercício 2021*

*Jéssica Jardim Rodrigues
Controladora-Geral do Município*

Março de 2022



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: Relatório do Controle Interno – Exercício 2021	3
INTRODUÇÃO:	4
2.1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	5
2.2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
2.3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA.....	9
2.4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.....	11
2.5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21
2.6. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL.....	21
2.7. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	22
2.7.1. Demonstrativo Da Aplicação Na Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino	22
2.7.2. Demonstrativo de recursos do FUNDEB	23
2.8. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.....	23
2.8.1. Demonstrativo Da Aplicação Dos Recursos Nas Ações e Serviços Públicos De Saúde	23
2.9. INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	24
2.10. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO	24
2.11. AVALIAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO	24
2.12. OBRIGAÇÕES JUNTO AO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – SICOM	24
2.13. DETALHAMENTO DAS DESPESAS DEVIDAS, PAGAS E INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24
3. PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO 2021 E DA ATUAÇÃO ESPECÍFICA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO	26
(conforme disposto no Anexo I da IN TCE-MG nº 004/2017).....	26



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

APRESENTAÇÃO: Relatório do Controle Interno – Exercício 2021

O Poder Executivo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seu órgão de controle interno, **CONTROLADORIA GERAL**, com fundamento no art. 72 da Lei Orgânica do Município e art. 17 da Lei Complementar 015/09, em atendimento ao disposto na **Instrução Normativa 04/2017** do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, elaborou o presente **RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, que é parte integrante de sua **Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2021**, buscando atender plenamente ao disposto no art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar 101/00, e demais preceitos legais aplicáveis à espécie.

Destacamos que as análises foram realizadas a partir dos registros contábeis realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, conjugados com os trabalhos da Controladoria Geral do Município as quais foram aplicadas técnicas de análise de balanços públicos.

O presente relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento da sociedade, informações adicionais de forma simplificada e transparente das ações programadas, a partir da execução dos orçamentos e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, buscando, assim, traduzir os dados contidos na Prestação de Contas Anual do exercício de 2021.

O trabalho da Controladoria Geral do Município buscou cumprir sua finalidade, atuando de forma preventiva e concomitante, valendo destacar as seguintes ações e procedimentos:

- ✓ **Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;**
- ✓ **Comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e ainda a aplicação dos recursos públicos destinados às entidades de direito privado;**
- ✓ **Exercer o controle das operações de crédito, bem como dos direitos e haveres do Município;**
- ✓ **Apoiar o controle externo no exercício de suas responsabilidades constitucionais;**



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

✓ Auxiliar o Chefe do Executivo, possibilitando ao mesmo uma gestão responsável, transparente, plena de legalidade e, sobretudo, pautada na moralidade e razoabilidade;

✓ Auxiliar na implementação e cumprimento das normas e regulamentos, perseguindo sempre a legalidade das ações das quais resulte arrecadação de receita ou da realização de despesa, ou ainda o surgimento ou extinção de direitos e obrigações;

✓ O cumprimento das obrigações por parte dos agentes responsáveis por bens e valores públicos, e ainda o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, desempenhando com precaução e austeridade suas funções com vistas à manutenção e fortalecimento da boa qualidade dos serviços, almejando atingir com segurança os objetivos da política administrativa e programas colocados à disposição da população, portando-se como elo de respeito e confiança tanto dos segmentos administrativos, quanto dos sociais.

Ressaltamos no presente relatório, que apesar das dificuldades, que normalmente enfrentam as pequenas unidades administrativas, a Controladoria Geral do Município tentou desenvolver uma fiscalização séria e preventiva, buscando o cumprimento de sua missão institucional, mostrando, no dia a dia, que sua evolução e responsabilidade têm como lastro a contribuição para a melhoria da gestão e aproveitamento dos escassos recursos públicos, visando sempre o bem-estar da população.

INTRODUÇÃO:

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciada a necessidade de otimização das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, incluindo aí também o controle das fontes de recursos, para observância de sua origem e destinação, especificadas pelas tabelas publicadas pelo Tribunal de Contas, conforme Instrução Normativa nº 05/2011, para cumprimento do parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000.

Neste enfoque procuramos, durante o exercício de 2021, realizar uma prestação de serviços com atuação interna, acompanhando os processos inerentes às receitas e despesas do Município. E, ainda, atuando na fiscalização dos setores da administração, lembrando da necessidade do comprometimento com o bom planejamento e programação financeira.

A postura da Controladoria Geral do Município neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando orientar os gestores para o cumprimento dos



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

programas e metas do governo, porém sem deixar de atender a legislação específica, que rege cada matéria tratada, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, tendo sempre em vista a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas e a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos da administração, sem nunca esquecer da transparência.

2. DESENVOLVIMENTO:

2.1. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

O Plano Plurianual (PPA) do Município de Conselheiro Lafaiete, aprovado pela Lei nº 5.883 de 19/12/2017, estabeleceu os objetivos e metas administrativas, para o quadriênio de 2018 a 2021, onde constam as diversas ações, constantes dos programas governamentais a serem executadas pelo Executivo Municipal, buscando o desenvolvimento e oferecimento de bons serviços à população.

O Plano Plurianual - PPA, foi utilizado para materializar o planejamento estratégico do Município para o período, e ainda serviu como norte para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e consequentemente da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade de cada programa, de forma a avaliar se o objetivo inicialmente proposto foi atingido, e ainda constatar se a meta atingida foi aquela proposta, e se a ação desenvolvida alcançou, de fato, os anseios da população.

Desse modo, verificamos que muitas das ações ou não foram realizadas ou foram parcialmente realizadas, mas esta realidade não comprometeu totalmente os serviços, pois, concluímos que os serviços básicos de saúde, educação e assistência social foram atendidos de forma satisfatória eis que, em sua essência, foram repriorizados. Desta forma podemos afirmar que as ações possíveis de serem realizadas, cumpriram suas finalidades, e que os programas propostos atingiram a contento seus objetivos, e os resultados alcançados atenderam os anseios da população, sobretudo se considerarmos o cenário de pandemia ainda vigorando em escala global.

No exercício de 2021, o Município ainda enfrentava as dificuldades trazidas pela pandemia do Covid-19, dando sequência ao que fora vivenciado no ano de 2020, comprometendo o planejamento da Administração, com uma realidade muito diferente da que comumente enfrentamos, precisando que houvesse uma



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

adaptação.

No dia a dia foi possível constatar a necessidade de se promover, mais uma vez, a repriorização de diversas ações e o contingenciamento de outras, já que a preocupação reinante foi o enfrentamento da pandemia, que direta ou indiretamente absorveu grande parte dos recursos arrecadados nesse exercício.

Além de todas as dificuldades financeiras e orçamentárias, tivemos que conviver com as incertezas gerenciais, uma vez que havia oscilações no comportamento exigido para o enfrentamento da pandemia.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - foi utilizada na concretização do planejamento tático para o exercício de 2021. Destacamos que seus objetivos e diretrizes estratégicas, com base nas linhas gerais prioritárias de atuação e busca de resultados, foram alcançados a contento, se considerarmos a realidade que tivemos que lidar no enfrentamento da pandemia.

A Lei Orçamentária Anual - LOA - materializou o planejamento operacional para o exercício de 2021, estimando a receita e fixando a despesa do município.

Sancionada e publicada sob o nº 6.036, em 17 de dezembro de 2020, conseguiu ser mais do que mera estimativa de receita e fixação de despesa, pois, conseguiu ser norteadora das decisões estratégicas das ações e empreendimentos municipais realizados, mesmo quando necessários a repriorização e os contingenciamentos, para adequação dos serviços à proposta da administração, bem como aos limites de recursos financeiros.

Evidenciamos, ainda, que através da LOA, foram aplicadas as normas para o controle das condições de transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei nº 4.320/64, na LC 101/2000 e demais legislações pertinentes.

2.2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Balanço Orçamentário Consolidado demonstra o resultado orçamentário do exercício, a partir das receitas e despesas previstas com as realizadas, conforme art. 102 da Lei 4.320/64.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- ✓ *Quadro Principal;*
- ✓ *Quadro da Execução dos restos a Pagar Não Processados; e*



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

✓ *Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados.*

Diante disso podemos observar que o balanço orçamentário demonstra as receitas por categoria econômica e origem, com *previsão inicial; atualização para o exercício; a receita realizada; e o saldo*, que corresponde ao *déficit* orçamentário ou ao excesso orçamentário quando superavitário.

Nesse sentido, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminam: *dotação inicial; dotação atualizada para o exercício; a despesa empenhada; a despesa liquidada; a despesa paga; e o saldo da dotação.*

Vale ressaltar que nos termos propostos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, com a demonstração da receita por categoria econômica e origem, com atualização para o exercício, fica evidenciado no balanço eventuais excessos de arrecadação verificados, por receita, de acordo com a respectiva categoria econômica e origem dos valores da previsão inicial e atualizada, para se determinar o excesso ou *déficit* de arrecadação verificado.

Na relação da receita e despesa atualizadas poderemos ainda encontrar uma situação de desequilíbrio. Isso ocorrerá quando da utilização de recursos do *superávit* financeiro de exercícios anteriores, pois o mesmo não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário, que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário do exercício, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a execução orçamentária do Município, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP, onde constam (de forma mais didática descrevemos e buscamos definir as contas que o compõe):

Receita: É apresentada a relação entre a receita prevista e atualizada, com a efetivamente arrecadada.

Despesa: É apresentada a relação entre despesa autorizada, inicial e atualizada, com a efetivamente empenhada.

Apresenta ainda:

- a relação entre receita e despesa atualizadas.
- a relação entre receita e despesa efetivamente realizada.

O Balanço Orçamentário traz ainda a demonstração dos restos a pagar



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

compreendido:

a) Execução dos Restos a Pagar não Processados:

- Os inscritos em exercícios anteriores: os restos a pagar não processados relativos a exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício anterior, no caso os de 2021, que não foram cancelados.
- Os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior: os restos a pagar não processados de 2021.
- Liquidados: compreende aqueles não processados, liquidados no exercício e ainda não pagos.
- Pagos: compreende aqueles restos a pagar não processados, liquidados e pagos no exercício.
- Cancelados: compreende os restos a pagar não processados que por um motivo ou outro foram cancelados no exercício.

b) Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados:

- Os inscritos em exercícios anteriores: os restos a pagar processados e não processados liquidados, relativos a exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício anterior, no caso os de 2021, que não foram cancelados.
- Os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior: os restos a pagar processados e não processados de 2021, que não foram cancelados.
- Pagos: Compreende aqueles restos a pagar processados pagos e não processados liquidados.
- Cancelados: Compreende os restos a pagar processados e não processados que por um motivo ou outro foram cancelados.

Dos Créditos Adicionais: Durante a execução Orçamentária foram necessários a abertura de créditos adicionais suplementares, nos limites autorizados pelo Legislativo Municipal, da seguinte forma:

Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei nº 6.036, de 17 de dezembro de 2020:

Com recursos originados do *superávit* financeiro:

Valor Autorizado	Valor utilizado	Saldo
R\$ 29.900.000,00	R\$ 29.768.903,58	R\$131096,42



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Com recursos originados do excesso de arrecadação:

Valor Autorizado	Valor Utilizado	Saldo
R\$ 29.900.000,00	R\$ 29.705.848,14	R\$ 194.151,86

Com recursos originados da anulação parcial ou total de dotações:

Valor Autorizado	Valor Utilizado	Saldo
R\$ 59.800.000,00	R\$ 59.771.947,29	R\$ 28052,71

Créditos Especiais:

Motivados pela Lei Municipal nº 6.046, de 12 de maio de 2021.

Com recursos originados da anulação parcial ou total de dotações:

Valor Autorizado	Valor Utilizado	Saldo
R\$ 466.000,00	R\$ 466.000,00	R\$ 0

Motivados pela Lei nº 6.073 de 15 de dezembro de 2021.

Com utilização do Excesso de Arrecadação:

Valor Autorizado	Valor Utilizado	Saldo
R\$ 14.049.000,00	R\$ 14.049.000,00	R\$ 0

Motivado pela Lei nº 6.074 de 15 de dezembro de 2021.

Com utilização do Excesso de Arrecadação:

Valor Autorizado	Valor Utilizado	Saldo
R\$ 4.016.000,00	R\$ 4.016.000,00	R\$ 0

2.3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2021, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a execução financeira, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP, onde constam:

a) Balanço Financeiro:

- a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

b) O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP:

- Classes 1 (Ativo) e 2 (passivo), para recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para os saldos do exercício anterior e para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

Portanto, é no Balanço Financeiro que apuramos o resultado financeiro do exercício. A forma de se apurar é bem simples, basta comparar o saldo para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Mas não basta somente avaliar o resultado desta operação para verificação da saúde financeira do Município, mas sim os reais motivos para um resultado positivo ou negativo. A análise correta do resultado financeiro deve ser realizada conjuntamente com o balanço patrimonial, em que é possível avaliar o todo, o resultante da execução orçamentária e também da extraorçamentária.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

A receita e despesa orçamentária apresentada por fonte/ destinação dos recursos evidencia com mais clareza a aplicação dos recursos financeiros. Abaixo descrevemos e buscamos definir as contas que o compõe:

As receitas e despesas classificam em:

Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias: Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas: Compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio de mecanismo fonte/destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas: É a movimentação de recursos financeiros entre os diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município. Em nosso caso esta movimentação é extraorçamentária. Estes valores quando realizada a consolidação dos órgãos e entidades são compensados. Os lançamentos são de transferências recebidas e concedidas, respectivamente.

Recebimentos Extraorçamentários: Compreendem os valores, como a própria nomenclatura diz, movimentados fora da execução orçamentária. Compreendem os valores de consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, etc., e ainda os restos a pagar.

Pagamentos Extraorçamentários: Compreendem os pagamentos que não se submetem a execução orçamentária. São os pagamentos dos recebimentos extraorçamentários, e dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte: Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha "depósitos restituíveis e valores vinculados".

2.4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial é demonstrada de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial do Município. Suas contas representam o patrimônio público.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Os ativos e passivos, de acordo as NBCASP são divididos em *circulante* e *não circulante*. A Lei 4.320/64, por sua vez, os divide em dois grupos: financeiro e permanente.

Podemos, portanto, definir que o Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro principal;
- b) Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes;
- c) Quadro das contas de compensação (controle); e
- d) Quadro do superávit/ déficit financeiro.

Assim, é no Balanço Patrimonial que é possível realizar diversas análises, tais como: a **liquidez** e **endividamento da entidade**.

Quadro Principal: composto pelo Ativo Circulante

Ativo Circulante, onde consta:

- a) *as disponibilidades com realização imediata;*
- b) *e que têm expectativa de realização em até doze meses da data das demonstrações contábeis.*

Compreende os ativos:

- a) que sejam caixa ou equivalentes de caixa;
- b) sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2021, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a situação patrimonial do exercício, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP, onde constam:

Caixa ou Equivalentes: compreende os valores em caixa e bancos.

Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente: Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Ativo não Circulante: Onde consta os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante:

- a) o ativo realizável a longo prazo;
- b) os investimentos;
- c) o imobilizado;
- d) o intangível; e
- e) eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo: São os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos: São as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e Direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado: São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Diferido: Compreende as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

Passivo Circulante: Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende os passivos:

- a) que tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade;



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

- b) sejam mantidos primariamente para negociação;
- c) tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo;
- d) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes: Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos entes federativos.

Provisões a Curto Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo não Circulante: Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações que não podem ser classificadas no passivo circulante:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

- I. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações referentes a vencimentos ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.
- II. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo: Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.
- III. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.
- IV. Obrigações Fiscais a Longo Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.
- V. Provisões a Longo Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
- VI. Demais Obrigações a Longo Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros.

Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas: Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria: Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes:

Ativo Financeiro: Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores de numerários.

Ativo Permanente: Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: Compreende as dívidas flutuantes e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

Passivo Permanente: Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa, amortização ou resgate.

Controle das contas de compensação:

Contas de Compensação: Compreende as contas representativas dos atos



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais: Compreende os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos Potenciais Ativos: Compreende os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos: Compreende os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Quadro do superávit/ déficit financeiro:

Superávit financeiro: Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Déficit financeiro: Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de recursos: Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

As informações abaixo apresentam o superávit ou déficit financeiros por fonte de recursos.

Demonstração das Variações Patrimoniais: é a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio. Estas alterações advêm ou não da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pela relação entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A Demonstração da variação patrimonial - DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

A Demonstração da Variação Patrimonial, extraída do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviada ao Tribunal de Contas do Estado



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

através do SICOM, demonstra as variações aumentativas e diminutivas, cujos valores podem ser verificados na PCA 2021, arquivo DCASP, onde constam:

a) Variações patrimoniais aumentativas:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições: Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende os descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

b) Variações Patrimoniais Diminutivas:

Pessoal e Encargos: Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores públicos.

Compreende ainda obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Resultado Patrimonial do Período: Compreende a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa: A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- a) *as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;*
- b) *os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e*
- c) *o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.*

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por:

- ✓ Quadro Principal;
- ✓ Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- ✓ Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- ✓ Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- ✓ Quadro de Juros e Encargos da Dívida

A Demonstração do Fluxo de Caixa, extraído do sistema informatizado utilizado pelo Município, enviado ao Tribunal de Contas do Estado através do SICOM, demonstra a sua capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa,



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

cujos valores podem ser verificados na PCA 2019, arquivo DCASP, onde constam:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Ingressos das Operações: Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas.

Desembolsos das Operações: Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:

Ingressos de Investimento: Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Desembolsos de Investimento: Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:

Ingressos de Financiamento: Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Desembolsos de Financiamento: Compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

2.5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Não foram realizadas Operações de Créditos no Exercício 2021.

2.6. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, art. 19, inciso III, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54% (art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar n. 101/2000).

No Anexo de Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder, constante da PCA 2021, fica evidenciado que o Município cumpriu esta norma legal, uma vez que foram aplicados 41,99% da Receita Corrente Líquida do exercício, que foi de R\$ 358.110.790,78.

Evidencia ainda que o Poder Legislativo despendeu R\$ 5.187.133,41, da mesma Receita Corrente Líquida, assim sendo fica evidenciado o cumprimento da norma legal.

2.7. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal e sua Lei Orgânica, o Município deve aplicar no mínimo 25% do produto das receitas próprias, originadas de impostos arrecadados, e ainda de transferências legais e constitucionais, também originadas de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Abaixo estão demonstradas as receitas e despesas verificadas no exercício de 2021, da seguinte forma:

2.7.1. Demonstrativo Da Aplicação Na Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino

Conforme demonstrado nos Anexos II e III, respectivamente, do quadro Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, constante da PCA 2021, a receita base de cálculo para apuração do percentual de gastos com o ensino totalizou R\$ 191.969.666,30, enquanto as despesas realizadas, incluídas as relativas a restos a pagar de exercícios anteriores, inscritas sem disponibilidade de caixa, e pagas no exercício de 2021, acrescidas ainda das retenções em favor do FUNDEB, totalizaram R\$ 56.779.757,30.

As despesas na relação com a receita base de cálculo representam 25,58%. Assim sendo fica comprovado que foram cumpridas exigências da Constituição



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Federal e Lei Orgânica do Município, que estabelece os gastos mínimos em 25%.

2.7.2. Demonstrativo de recursos do FUNDEB

Conforme Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, da PCA 2021, o Município movimentou recursos da seguinte forma:

Recebeu uma transferência de recursos da ordem de R\$ 67.155.548,94. Neste total de transferências recebidas constam valores de recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2º, da lei 11.494/07), no quantum de R\$ 1.280.910,66.

Foram realizadas despesas no valor total de R\$ 59.030.713,54.

Dos gastos com profissionais da educação básica:

O gasto com profissionais da educação básica no exercício totalizou R\$ 47.626.891,01.

Assim sendo fica comprovado o cumprimento do artigo 22 da lei 11.494/2007, que estabelece como aplicação mínima 60% dos recursos do exercício - foram aplicados 70,92%.

2.8. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

De acordo com as regras estabelecidas pela Constituição Federal e LC 141/2012, o Município deve aplicar no mínimo 15% do produto das receitas próprias, originadas de impostos arrecadados, e ainda de transferências legais e constitucionais, também originadas de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Abaixo estão demonstradas as receitas e despesas verificadas no exercício de 2021, da seguinte forma:

2.8.1. Demonstrativo Da Aplicação Dos Recursos Nas Ações e Serviços Públicos De Saúde

Conforme quadro Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, constante da PCA 2021, a receita base de cálculo para apuração do percentual de gastos com as ações e serviços públicos de saúde totalizou R\$ 66.876.851,18.

As despesas na relação com a receita base de cálculo representam 35,89%. Assim sendo fica comprovado que foram cumpridas as exigências da Lei



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Complementar 141/2012, que estabelece os gastos mínimos em 15%.

2.9. INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

No exercício de 2021 houve alienação de ativos no valor de R\$ 929.590,00.

2.10. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

Recursos Consignados para Câmara Municipal	
Recurso Autorizado 6% Art. 29-A - CR/88	Valor do Repasse
R\$ 8.269.594,68	R\$ 8.269.594,68

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Constituição Federal. A Administração Municipal observou e respeitou o limite máximo, ou seja, não ultrapassou os 6% estabelecidos pela Constituição Federal.

Ressaltamos que do valor do repasse acima demonstrado foi deduzida a devolução realizada pelo Legislativo, no valor de R\$ 924.139,65.

2.11. AVALIAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO

Com base nas informações da procuradoria jurídica do nosso município, temos a esclarecer que em 2021 não houve nenhum procedimento de Tomada de Contas Especial.

2.12. OBRIGAÇÕES JUNTO AO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - SICOM

O Município cumpriu as exigências contidas nos incisos I, II e III, do art. 4º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente ao envio do Instrumento de Planejamento - IP, constituído do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Cumpriu ainda, com as exigências do art. 5º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, concernente as remessas mensais da execução orçamentária e financeira, se consideradas as substituições.

2.13. DETALHAMENTO DAS DESPESAS DEVIDAS, PAGAS E INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Contribuições Devidas: As obrigações patronais devidas pelo Município, no exercício financeiro de 2021, totalizaram R\$ 27.925.378,08, sendo R\$ 27.101.785,95, do Executivo Municipal e R\$ 823.592,13, do Poder Legislativo Municipal, devidos para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

3. PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO 2021 E DA ATUAÇÃO ESPECÍFICA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO

(conforme disposto no Anexo I da IN TCE-MG nº 004/2017)

A CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, unidade central de controle interno, por meio de sua Controladora-Geral, Jéssica Jardim Rodrigues, que a esta subscreve com fulcro no art. 31 c/c art. 70 e 74, todos da Constituição da República, art. 72 da Lei Orgânica do Município, Lei 4.881/06, art. 17 da Lei Complementar 015/09, Portaria 518/2022, em atenção aos termos da **Instrução Normativa 004/2017** do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresenta **PARECER CONCLUSIVO** nos seguintes termos:

No exercício de 2021 buscou-se garantir e confiabilidade das informações contábeis e gerenciais, a proteção e amparo do patrimônio, o estímulo da eficiência operacional e o cumprimento das normas legais de modo que não houvesse desvio de finalidade na execução das prerrogativas da Administração Pública Municipal.

Foi um ano em que se mantiveram as condições de crise sanitária trazidas pela pandemia do coronavírus. Todas as atenções permaneceram voltadas ao seu combate e contingenciamento por parte do Poder Público. Conduzindo as ações da melhor forma que lhe foi possível.

Houve a conclusão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) nº 002/2021 que se destinou a averiguação de situações oriundas da pandemia. Referido inquérito, já encerrado, está sob análise desse setor para que eventuais situações irregulares, objeto de apontamento, não passem despercebidas pela Administração.

A par das dificuldades já encontradas, no ano de 2021 ainda não foi possível a reestruturação do Sistema de Controle Interno Municipal, plano que pretende se concretizar no ano de 2022, com o Projeto de Lei em trâmite na casa legislativa.

A necessidade de instrumentalização de controles internos, recomendada ao Chefe do Executivo e a todos os secretários municipais, se torna uma medida de extrema importância e imprescindível para que o órgão central de controle interno exerça sua missão constitucional e infraconstitucional. Além disso, visa sobretudo maior segurança jurídica dos atos administrativos e mais eficiência na entrega dos serviços públicos aos cidadãos.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Os Procedimentos de Apuração de Fato - PAF's continuam cumprindo seu objetivo de verificação da legalidade e probidade da Administração pública e, por conseguinte, de seus agentes públicos, considerando que as irregularidades eventualmente cometidas não se referem exclusivamente à Prefeitura ou a um setor específico, mas também aos servidores envolvidos no desempenho de suas funções e aos atos administrativos em geral.

A Controladoria Interna identificou no decorrer de suas atividades inconsistências nas operações de algumas unidades, o que reforça a necessidade iminente de se fortalecer o Sistema de Controle Interno como um todo e de fomentar a cultura de Gestão de Risco e, principalmente, um planejamento mais eficiente, para que os gestores juntamente com seus servidores consigam constatar com maior precisão as falhas e as necessárias correções para combater o desperdício e mau uso de recursos.

Em sua atuação integrada com as demais assessorias o Sistema de Controle Interno (SCI) buscou à realização de ações no sentido de orientar os gestores para o alcance dos objetivos e metas institucionais cumprindo sempre a legislação pertinente.

Foram acompanhadas, no exercício de 2021, a realização das despesas até 31/12/2021 com auxílio de empresa de consultoria específica para orientação e realização de atividades relativas às obrigações de envio do SICOM, bem como aquelas que incluem os registros que subsidiaram a prestação anual de contas, sendo esta orientada pelos elementos de que tratam as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado.

O Controle Interno acompanhou, durante o exercício, o levantamento das execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e operacionais, bem como o levantamento das demonstrações contábeis, as conciliações e os registros que deram origem às mesmas, para então, emitir esse parecer conclusivo sobre as contas de 2021.

Em nosso sentir, as demonstrações e informações prestadas estão adequadas à realidade dos fatos da gestão municipal com relação aos aspectos legais e demonstram com fidedignidade e segurança razoável a situação financeira da Prefeitura de acordo com os comandos legais e princípios fundamentais de contabilidade.

Procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da Contabilidade do Município, e elaboramos o presente relatório, nos termos da Instrução Normativa nº 04/2017.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Controladoria-Geral do Município - CGM

Diante das informações demonstradas acima, o Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal Conselheiro Lafaiete exara seu parecer final pela aprovação das contas do exercício de 2021, por entender que os trabalhos desenvolvidos obedeceram à legislação aplicada à matéria e, ainda, as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Conselheiro Lafaiete, 29 de março de 2022.

Jéssica Jardim Rodrigues
Controladora-Geral do Município

JESSICA JARDIM
RODRIGUES:12369371633

Assinado de forma digital por
JESSICA JARDIM
RODRIGUES:12369371633
Dados: 2022.03.29 16:31:18 -03'00'

MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691

Assinado de forma digital por
MARIO MARCUS LEAO
DUTRA:59715642691
Dados: 2022.03.29 17:00:09 -03'00'